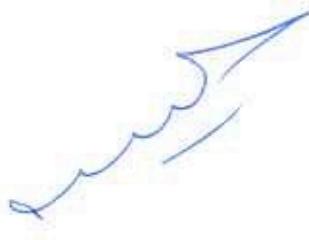


Abílio Manuel de Almeida Morgado



## *CURRICULUM VITAE*

### **1 - INFORMAÇÕES PESSOAIS**

**Nome:** Abílio Manuel Pinto Rodrigues de Almeida Morgado

**Morada:** Avenida das Forças Armadas, n.º 133 (Quinta das Mil Flores), Lote C, 11.º esquerdo, 1600-081 Lisboa, Portugal

**Telefone:** 217274559 (casa); 918103141 (telemóvel)

**Correio eletrónico:** [abilioamorgado@mvga-advogados.pt](mailto:abilioamorgado@mvga-advogados.pt)

**Nacionalidade:** Portuguesa

**Data de nascimento:** 10 de maio de 1962

**Naturalidade:** Lisboa, Nossa Senhora de Fátima

**Estado civil:** casado, pai de dois filhos

**Cartão de Cidadão:** n.º 06093038 1 ZZ7, válido até 04.11.2020

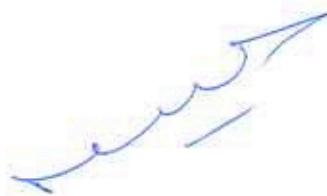
**Número de Identificação Fiscal:** 113 497 857

**Filiação:** Abílio de Almeida Morgado e Maria Olívia Pinto Rodrigues de Almeida Morgado

### **2 – FORMAÇÃO ACADÉMICA**

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Ciências Humanas da UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA, em 29 de julho de 1985, com a média final de dezasseis valores

### **3 – FUNÇÕES DESEMPENHADAS**



### **3.1 – Profissões e atividades jurídicas**

Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados desde 23/10/1987 (funções atuais)

Sócio Fundador da “MVGA-Advogados – Mateus, Melo, Morgado, Valdez, Guimarães, Alexandre & Associados, Sociedade de Advogados, RL” (situação atual)

Sócio fundador da “Vale de Andrade, Nunes Capoulas, Almeida Morgado & Associados, Sociedade de Advogados, RL”

Presidente e Árbitro de Tribunais Arbitrais; Árbitro e Mediador do Tribunal Arbitral do Desporto, tendo integrado a respetiva Câmara de Recurso, e Árbitro do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD) (funções atuais)

Membro do Centro de Estudos Fiscais, como Assessor da respetiva carreira de *Investigador*, do Ministério das Finanças, desde 26 de novembro de 1991, tendo sido admitido, mediante concurso público, com a classificação de 17,20 valores e nomeado Assessor, mediante concurso público, com a classificação de 17,55 valores (funções atuais)

Responsável jurídico pela Campanha de Aníbal António Cavaco Silva à Eleição Presidencial de 23 de janeiro de 2011

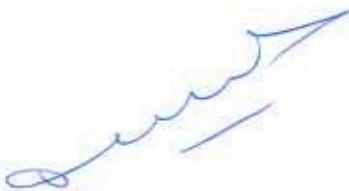
Presidente da Comissão Técnica de Acompanhamento (artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 354/93, de 9 de Outubro) do plano de urbanização e dos planos de pormenor relativos à zona de intervenção da EXPO’98 (*Diário da República*, II Série, n.º 83, de 9 de Abril de 1994)

Membro da Comissão que preparou os projetos do Decreto-Lei n.º 10/90, de 5 de Janeiro, e do Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 132/93, de 23 de Abril

### **3.2 – Funções Docentes**

Regente da disciplina de Sistemas Jurídicos/Direito Comparado (Universidade Internacional, entre 1986 e 2000)

Assistente da disciplina de Direito Fiscal (Universidade Lusíada, em 1996)



### 3.3 – Funções Públicas

Membro (eleito presidente pelos seus pares em 19 de dezembro de 2017) do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, cargo de que tomou posse em 14 de dezembro de 2017, após audição e eleição parlamentares, respetivamente, de 18 de outubro e de 27 de novembro de 2017, conforme o artigo 8.º, n.º 1, da Lei n.º 30/84, de 5 de setembro [cf. Resolução da Assembleia da República n.º 265/2017, *Diário da República*, 1.ª série – N.º 232 – 4 de dezembro de 2017, página 6508]: “O Conselho de Fiscalização é composto por três cidadãos de reconhecida idoneidade e no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, cujo perfil dé garantias de respeitar, durante o exercício de funções e após a cessação destas, os deveres decorrentes do cargo, nomeadamente os de independência, imparcialidade e discrição, eleitos pela Assembleia da República por voto secreto e maioria de dois terços dos Deputados presentes, não inferior à maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções.” (funções atuais)

Secretário do Conselho de Estado (Despacho do Presidente da República n.º 5766/2011, de 9 de Março de 2011, *Diário da República*, II Série, n.º 66, de 4 de Abril de 2011 e Despacho do Presidente da República n.º 10 275/2015, de 7 de setembro de 2015, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 16 de setembro de 2015)

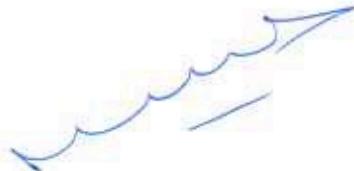
Consultor do Presidente da República para os assuntos da Segurança Nacional (Despacho do Presidente da República n.º 8613/2006 (2.ª série), de 27 de Março de 2006, *Diário da República*, II Série, n.º 76, de 18 de Abril de 2006; Despacho do Presidente da República n.º 5766/2011, de 9 de Março de 2011, *Diário da República*, II Série, n.º 66, de 4 de Abril de 2011 e Despacho do Presidente da República n.º 10 275/2015, de 7 de setembro de 2015, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 16 de setembro de 2015)

Fundador e Diretor da Plataforma para o Crescimento Sustentável (funções atuais)

Vereador (não executivo) da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, entre 2005 e 2009

Secretário de Estado da Administração Educativa do XV Governo Constitucional (Decreto do Presidente da República n.º 24-D/2002, de 8 de Abril, *Diário da República*, I – A Série, n.º 82, de 8 de Abril de 2002)

Secretário de Estado da Defesa Nacional do XII Governo Constitucional (Decreto do Presidente da República n.º 43-C/95, de 16 de Março, *Diário da República*, I Série, n.º 64, de 16 de Março de 1995)



Chefe do Gabinete do Ministro da Presidência e da Defesa Nacional (1990 a 1995, *Diário da República*, II Série, n.º 80, de 5 de Abril de 1990, e *Diário da República*, II Série, n.º 270, de 31 de Outubro de 1991)

Chefe do Gabinete do Ministro da Presidência e da Justiça (1987 a 1990, *Diário da República*, II Série, n.º 202, de 3 de Setembro de 1987)

Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares (1987, *Diário da República*, II Série, n.º 23, de 28 de Janeiro de 1987)

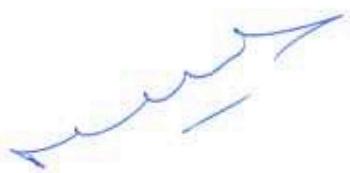
### **3.4 – Funções de Administração/Gestão/Fiscalização/Direção**

Presidente da Assembleia Geral e Administrador (não executivo) da Albano Morgado, S.A. (funções atuais)

Membro do Conselho Fiscal do Banco BIC Português, S.A.

Administrador/Gerente do Grupo Sonae Turismo:

(Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda.;  
Aquapraia – Investimentos Turísticos, S.A.;  
Fun International Entertainment, Sociedad Anonima;  
Imoareia – Investimentos Turísticos, SGPS, S.A.;  
Marimo – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.;  
Marinamagic – Exploração de Centros Lúdicos e Marítimos, Lda.;  
Marmagno – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.;  
Marvero – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.;  
Palmares – Investimentos e Urbanizações, S.A.;  
Partnergiro – Empreendimentos Turísticos, Lda.;  
Roteiro – Prestação de Serviços de Turismo, S.A.;  
S.I.I. – Soberana – Investimentos Imobiliários, S.A.;  
Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.;  
Solinca – Catering e Eventos, S.A.;  
Solinca – Lazer, SGPS, S.A.;  
Solinca II – Gestão e Serviços Hoteleiros, S.A.;  
Solinca III – Desporto e Saúde, S.A.;  
Soltróia – Sociedade Imobiliária de Urbanização e Turismo de Tróia, S.A.;  
Star – Viagens e Turismo, S.A.;  
Torralta – Club Internacional de Férias, S.A.;  
Trojaverde – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.;  
Tulipamar – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.)



Administrador da TAP-Air Portugal, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da UCS – Cuidados Integrados de Saúde, S.A.

Diretor de Relações Internacionais da EXPO'98

Presidente do Conselho Fiscal da OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.

Presidente do Conselho Fiscal da Atlântico, Pavilhão Multiusos de Lisboa, S.A.

#### **4 – TRABALHOS PUBLICADOS**

##### **4.1 – Trabalhos Jurídicos**

“Pedido das Autoridades Fiscais Holandesas para Levantamento do Sigilo Bancário”, Parecer”, Ciência e Técnica Fiscal, n.º 436, 2016

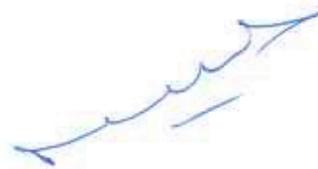
“Enquadramento no IMT e no IS da Transmissão dos Ativos de Fundo de Investimento Imobiliário Alemão em Liquidação para o Respetivo Depositário, Parecer”, Ciência e Técnica Fiscal, n.º 435, 2016

“Enquadramento no IMT da Dação *Pro Solvendo* tendo por Objeto a Alienação de Bens Imóveis e da Cessão de Bens Imóveis aos Credores, Parecer”, Ciência e Técnica Fiscal, n.º 434, 2015

“SABER DISTINGUIR O VERDADEIRO DO ÓBVIO”, Jornal *Expresso*, 19 de setembro de 2015 (texto integral, sob o título “Distinguir o verdadeiro do óbvio no acesso a dados comunicacionais de tráfego pelos Serviços de Informações”, publicado em [www.expresso.pt](http://www.expresso.pt))

“Sigilo Fiscal em Portugal”, *Sigilos Bancário e Fiscal – Homenagem ao Jurista José Carlos Moreira Alves*, Fórum Editora, 2011 e 2015

“Constituição e Reconstituição do Facto Tributário – Cláusula Geral Antiabuso vs Princípio *Nullum Tributum Sine Lege* (Ensaio de uma Abordagem ao Âmbito de Eficácia e à Natureza da Cláusula Geral Antiabuso – Artigo 38.º, n.º 2, da Lei Geral Tributária)” (texto datilografado, de 2006 e 2009)



“Constituição e Concretização do Direito a Juros Indemnizatórios”, Ciência e Técnica Fiscal, n.º 418, 2006

“Responsabilidade Tributária: Ensaio sobre o Regime do Artigo 24.º da Lei Geral Tributária”, Ciência e Técnica Fiscal, n.º 415, 2005

“O Sigilo Fiscal”, Ciência e Técnica Fiscal, n.º 414, 2004

“O Direito à Educação e a Educação dos Direitos”, *Educação e Direitos Humanos*, Conselho Nacional de Educação, 2004

“Interpretação Jurídica Fiscal/Interpretation of Tax Law”, Ciência e Técnica Fiscal, n.º 394, 1999

“Regime Jurídico-Tributário do Consórcio, da Associação em Participação e da Associação à Quota. Estudo Preparatório do Decreto-Lei n.º 3/97, de 8 de Janeiro”, Ciência e Técnica Fiscal, n.º 385, 1997

Anotação à Lei do Serviço Militar e ao Regulamento da Lei do Serviço Militar (Coordenação), *Defesa Nacional – Legislação I*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995

“Articulação entre os Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência”, Revista da Banca, n.º 27, 1993

“Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência – Uma apreciação do novo regime”, *Estudos Comemorativos do XXX Aniversário do Centro de Estudos Fiscais*, 1993, e Ciência e Técnica Fiscal, n.º 370, 1993

“Aspectos Mais Significativos do Projecto de Diploma Regulador dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência”, Competir, Ano III, n.º 2, 1992

“A Evasão Fiscal Face à Teoria da Interpretação da Lei Fiscal – Abordagens do Tema e Suas Implicações Metodológicas”, Documentação e Direito Comparado, n.ºs 41/42, 1990

#### **4.2 – Outros Trabalhos**

Coordenador e co-redator do *Manifesto para um Estado Moderno*, da Plataforma para o Crescimento Sustentável, 2018



“As Normas das Normas da Liberdade de Aprender e de Ensinar”, Lei de Bases do Sistema Educativo, Balanço e Prospetiva, Volume II, Conselho Nacional de Educação, julho de 2017

Coordenação e redação parciais do *Relatório para o Crescimento Sustentável, Uma visão pós-troika*, da Plataforma para o Crescimento Sustentável, 2012

“Intervenção de Encerramento do I Congresso Nacional de Segurança e Defesa”, *I Congresso Nacional de Segurança e Defesa*, Segurança e Defesa e AFCEA Portugal, 2010

“Reabilitar a Reforma Educativa”, A Voz dos Pais, 2006

*Educação – Mudar é possível. O que falta? Recursos ou políticas?*, Fundação Liga e Gradiva, Lisboa, 2005

“O Direito à Educação e a Educação dos Direitos”, *Educação e Direitos Humanos*, Conselho Nacional de Educação, 2004

Intervenção de encerramento da Conferência Europeia de Lisboa de março de 2003 sobre “Espaço Europeu da Educação e Formação: sistemas diferentes, objectivos comuns para 2010”, *Relatório*, Ministérios da Educação e da Ciência e do Ensino Superior, 2003

*Avaliação e Intervenção em Multideficiência* (Prefácio), Ministério da Educação, CERCI Lisboa e Escola Superior de Educação de Lisboa, 2004

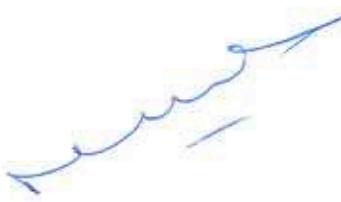
“Novas Estratégias para o Turismo”, *Novas Estratégias para o Turismo*, Associação Empresarial de Portugal, 2001

*Exposição Mundial de Lisboa de 1998 – Relatório* (Texto e Coordenação Editorial), EXPO’98, 1999

“As Exposições Internacionais como Motores de Desenvolvimento”, *Para a Análise Prospectiva das Exposições Internacionais*, EXPO’98, 1998

## 5 – INTERVENÇÕES PÚBLICAS

“Dimensões Normativas da Liberdade de Ensinar e de Aprender”, Seminário do Conselho Nacional de Educação sobre Liberdade de Ensino e Serviço Público de Educação, no âmbito do Ciclo de Seminários sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo, Vila Real, UTAD, 6 de junho de 2016



Sessão de Encerramento da Iniciativa “Mais Sociedade”: intervenção sobre o tema “Uma Sociedade Mais Segura”, Lisboa, 29 de abril de 2011

Encerramento do I Congresso Nacional de Segurança e Defesa, Lisboa, 25 de junho de 2010

“Cláusulas Fiscais Antiabuso”, Seminário de Pós-Graduação do Instituto Superior de Gestão, 2009

“Autonomia e Gestão das Escolas”, Seminário da Confederação Nacional das Associações de Pais, Universidade do Minho, Braga, 4 de março de 2006

“Percursos de Construção da Escola para Todos”, Seminário Comemorativo dos 30 Anos da CERCI Lisboa, sobre “Construir a Equidade numa Sociedade Plural”, Culturgest, Lisboa, 22 de fevereiro de 2006

Perito Nacional no *Workshop* sobre “Direito Europeu e Convenções de Dupla Tributação”, Comissão Europeia, Bruxelas, 5 de julho de 2005

“Políticas e Horizontes Educativos”, Conferência Europeia de Educação sobre “Reflectir, Repensar e Projectar a Educação”, Universidade de Aveiro, 7 de abril de 2005

“Os Fundamentos da Política Educativa”, Conferência da CERCI Leiria sobre Educação, Leiria, 2 de março de 2005

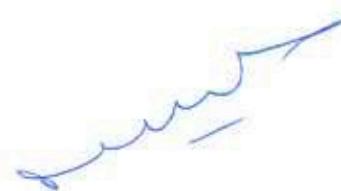
“Políticas Educativas: caminhos e horizontes – Os Três Pilares da Igualdade de Oportunidades da Política Educativa”, Seminário da APPACDM de Lisboa sobre “Igualdade de Oportunidades, sob o signo ético, político e social”, Culturgest, Lisboa, 24 de fevereiro de 2005

“O Interesse da Educação”, Seminário da Confederação Nacional das Associações de Pais, Universidade do Minho, Braga, 19 de fevereiro de 2005

“Obrigações do Estado e das Organizações na Escola para Todos”, IV Encontro Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, Nazaré, 25 de novembro de 2004

“O Direito à Educação e a Educação dos Direitos”, Conselho Nacional de Educação, Lisboa, 22 de abril de 2004

“Territorialização das Políticas Educativas e Gestão das Escolas”, Instituto de Estudos Superiores de Fafe e Escola Superior de Educação de Fafe, Fafe, 20 de março de 2004



“Política Educativa: Quatro Perguntas Fúlcrais; Dez Constantes; Doze Pilares de Acção Governativa”, Encontro Nacional da Confederação das Associações de País, Albufeira, 13 de março de 2004

“O Papel dos Agrupamentos de Escolas na Reorganização do Sistema Educativo”, Centro de Formação de Associações de Escolas de Francisco de Holanda, Guimarães, 2 de março de 2004

Encerramento do Seminário Final da Discussão Pública sobre o Projeto do Novo Regime Jurídico da Educação Especial e do Apoio Socioeducativo, Lisboa, 14 de janeiro de 2004

Encerramento do Fórum “Competitividade, Inovação e Qualificação: Estratégias, Políticas e Desafios”, Associação Industrial Portuguesa, Lisboa, 31 de outubro de 2003

“A Escola entre o Estado e o Mercado: O Público e o Privado na Regulação da Educação”, Fórum Português de Administração Educacional, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa, 17 de maio de 2003

“A Avaliação como Instrumento de Regulação”, Ciclo de Encontros da Malha Atlântica sobre Educação, Sintra, 20 de março de 2003

Encerramento da Conferência “Espaço Europeu da Educação e Formação: sistemas diferentes, objectivos comuns para 2010”, Lisboa, 14 de março de 2003

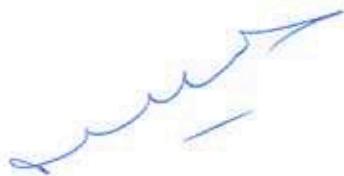
“Reflectir o Passado, Perspectivar o Futuro dos Centros de Formação de Associações de Escolas”, VI Encontro Regional dos Centros de Formação de Associações de Escolas da Região Centro, Ansião, 7 de fevereiro de 2003

“Modernização Administrativa nas Escolas”, Centro de Formação de Associação de Escolas de Oliveira de Azeméis, Oliveira de Azeméis, 27 de novembro de 2002

“Política Educativa do XV Governo Constitucional”, Fórum para a Liberdade de Educação, Lisboa, 16 de novembro de 2002

“Novas estratégias do Turismo”, Associação Empresarial de Portugal, Santa Maria da Feira, 16 de novembro de 2000

“Preços de Transferência”, Colóquio “Os Efeitos da Globalização sobre a Tributação do Rendimento e da Despesa”, Centro de Estudos e Apoio à Política Tributária, Lisboa, 13 de julho de 2000



“As Exposições Internacionais, Motores para o Desenvolvimento”, *Bureau International des Expositions*, Lisboa, 29 de setembro de 1998

“The Transatlantic Partnership In The Post Cold War Security Environment”, Conferência de Washington, União da Europa Ocidental, Washington, 21 de junho de 1995

“A Política de Defesa Portuguesa e os Conflitos Regionais”, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais e Universidade Fernando Pessoa, Porto, 30 de maio de 1995

“OTAN: Os Novos Desafios”, Universidade Lusíada, Lisboa, 4 de maio de 1995

“A Organização da Defesa Nacional”, Curso de Defesa Nacional, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, 19 de abril de 1995, e Porto, 20 de abril de 1995

“Recuperação da Empresa e Falência”, Centro de Estudos Judiciários, Lisboa, 18 de março de 1994

“Articulação entre os Processos de Recuperação da Empresa e de Falência”, Jornadas “O Novo Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência”, Associação Portuguesa de Bancos e Banco de Portugal, Lisboa, 6 de julho de 1993

## 6 – AÇÕES DE FORMAÇÃO

“Fiscalidade – aspectos internos e internacionais”, Seminário da Direcção-Geral dos Impostos para dirigentes, Lisboa, 12 de abril de 2005

“Hotel Investment”, Londres, setembro de 2001

“Leadership and Organisacional Transformation”, Viana do Castelo, fevereiro de 2001

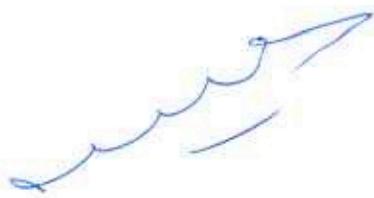
“Strategic Marketing”, Porto, julho de 2000

## 7 – COMPETÊNCIAS E APTIDÕES PESSOAIS<sup>1</sup>

Advocacia, consulta jurídica, preparação legislativa, arbitragem, mediação

Pedagogia e comunicação, oral e escrita

<sup>1</sup> De acordo com o modelo comum europeu de *curriculum vitae*



Administração de organizações, aos níveis económico-financeiro, de recursos humanos e jurídico, e de gestão de projetos, com assunção ponderada de risco, com planeamento da mudança, com coordenação de equipas, incluindo multiculturais, e com preparação de enquadramentos jurídicos

Representação internacional do País e de organizações nacionais

Bons conhecimentos de inglês, francês e espanhol, ao nível da expressão oral e da compreensão e expressão escrita

Bons conhecimentos de informática, na ótica do utilizador

## 8 – INFORMAÇÃO ADICIONAL

Selecionado, de entre 33 candidatos, e indicado ao Governo pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, em 20/06/2014, para o cargo de Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Membro da Comissão de Educação da Fundação Liga.

Delegado português ao *BIE – Bureau International des Expositions*.

Enquanto Diretor de Relações Internacionais da EXPO'98, foi responsável pela gestão de todo o processo da participação dos 160 Países e Organizações Internacionais, incluindo quanto à obtenção de financiamentos para essas participações.

Grande-Oficial da Ordem do Mérito pelo Estado português; condecorado pelo Estado do Vietname.

Louvores recebidos: Ministro da Presidência e da Defesa Nacional, em 15 de Março de 1995 (*Diário da República*, II Série, n.º 71, de 24 de Março de 1995); Conselho de Ministros, em Resolução n.º 5/99, de 23 de Dezembro de 1998 (*Diário da República*, II Série, n.º 10, de 13 de Janeiro de 1999).

Declinou, após admissão mediante concursos públicos, o exercício de funções docentes na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e de jurista no Banco de Portugal, em ambos os casos por opção de gestão dos compromissos profissionais.

fevereiro de 2019

AM